

CRISE FINANCEIRA E SISTEMAS BANCÁRIOS – UM ESTUDO PARA PAÍSES SELECIONADOS DA ZONA EURO E BRASIL.

Marcos Antônio da Silva¹, Iara Moreira Chaves², Juliana Lima de Deus³, Fernanda Faria Silva⁴.

1,2,3. Graduação em Ciências Econômicas da UFOP e bolsistas de IC FAPEMIG e CNPq; *Contato: marcoasilva.0407@hotmail.com

4. Professora do Curso de Ciências Econômicas da UFOP (Orientadora)

Palavras Chave: *crise financeira, sistema bancário, estudos comparados.*

Introdução

A partir dos impactos da crise de 2008 colocou-se em contestação a eficiência da arquitetura financeira vigente abrindo espaço para discussões acerca do modelo de regulação e supervisão até então submetida aos sistemas bancários. As crises representam para o sistema financeiro um risco de saúde. Elas são capazes de afetar grandes instituições econômicas e financeiras e comprometer a circulação de recursos que, por fim, atingem os variados órgãos. Sua ocorrência, entretanto, evidencia as lacunas dessa arquitetura e obriga os agentes a reformularem suas estruturas. Esse trabalho pretende analisar como se deu as mudanças na estrutura institucional do quadro de regulação e supervisão nacional e internacional (Alemanha, Espanha, França e Irlanda) a partir dos efeitos da crise do “subprime”. Para esse fim, buscou-se entender as causas de uma crise financeira, principalmente a de 2008, analisando os seus desdobramentos para os países da Zona Euro e para o Brasil. Identificou-se que o comportamento mais desregulamentado e alavancado dos bancos propiciou a onda de falências de instituições chaves para o desenvolvimento e intermediação financeira das economias.

Resultados e Discussão

Para países emergentes, os impactos observados merecem atenção quanto à desvalorização cambial, como no caso do Brasil. O efeito direto desse processo é sentido no encarecimento do crédito externo em consequência do processo de desalavancagem global e impactos no lado real da economia, como a redução das exportações. O comitê de risco sistêmico identificou que níveis elevados de crédito bancário estão associados a níveis mais elevados de risco sistêmico. Com a eclosão da crise os diversos sistemas bancários têm passado por um processo de concentração pressionado pela contenção de custos, reestruturação e desalavancagem. A principal consequência dessa pressão foi a redução do número de instituições de crédito e, em decorrência disso, assistiu-se o aumento da participação bancária estrangeira em números de filiais. Os impactos da crise do *subprime*, contudo, levaram a uma ação imediata dos governos que consistiu na assistência financeira. A Alemanha obteve, no total, mais ajuda aprovada do que países como Irlanda e Espanha, mas o impacto sobre o PIB alemão foi o menor. Dinamarca e Irlanda, por exemplo, são os países que mais se dispuseram a comprometer maior parte do seu PIB em termos de ajudas aprovadas. À medida que se aprova os apoios financeiros aos respectivos sistemas bancários, o Estado fazia aumentar sua dívida (aumento do risco soberano) e, portanto, elevava-se a taxa de prêmio de risco sobre os títulos públicos. Com as lições extraídas da crise financeira, instituiu-se em novembro de 2014 o Mecanismo Único de Supervisão bancária na Europa, o MUS. Constituiu-se num novo conjunto de regras únicas de

aplicabilidade para a zona euro em busca da harmonização e solidez para o sistema bancário da área.

Quadro 1. Mudanças Institucionais: Zona Euro e Brasil.

Acordo de Basiléia				
Maior Resiliência do Sistema Bancário.			Medição de risco de liquidez, padrões e acompanhamento.	
UME				Brasil
MUS MEE MUR				
Alemanha	França	Espanha	Irlanda	
-Não houve mudanças na estrutura do sistema bancário; -Incentivo ao financiamento garantido	-Banking Law introduz o conceito de medidas macro prudencial	-Criação do FROB - Incentivo às fusões frias	-Reforço das políticas públicas; - Mudanças na estrutura de empréstimo	Orientações sobre novas definições de capital e índice de liquidez antes da aplicação do Acordo

Fonte: Elaboração própria a partir da literatura utilizada

Conclusões

Foi verificado que, em consequência da crise de confiança, houve uma fuga de investimento do setor monetário para o setor não-monetário nos países estudados tidos como economicamente mais frágeis (a saber: Espanha, Irlanda e Brasil), cuja contribuição foi muito importante para o financiamento das economias. Além disso, os esforços de enfrentamento à crise se concentraram na interferência pública e dos órgãos reguladores e supervisores no que tange a medidas de estabilidade e arrefecimento dos padrões institucionais de regulação e supervisão. Em alguns sistemas bancários, como na Alemanha por exemplo, os impactos impulsionaram um processo de consolidação do sistema em função da redução de alavancagem antes verificado.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio financeiro obtido via Edital PROBIC-FAPEMIG-UFOP e PIBIC CNPq – UFOP.

EICHENGREEN, B. Crises Financeiras Análise, Prevenção e Gestão, Editora Campus, 2003.

European Central Bank (ECB). “Banking Structures Report”. Frankfurt. 2014.

LEITE, Karla Vanessa B. S.; REIS, Marcos. O Acordo de Capitais de Basiléia III: Mais do Mesmo? Revista Economia – 2013.

MOREIRA, Tito Belchior Silva; SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. A Crise Financeira Internacional e as Políticas Anticíclicas no Brasil. TEMA III: POLÍTICA FISCAL E A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL. XV Prêmio Tesouro Nacional – 2010.

REZENDE, L. P. F.; CROCCO, M.; SILVA, F. F. Crise e funcionalidade do sistema financeiro. In: Associação Keynesiana Brasileira (AKB). (Org.). POLÍTICA ECONÔMICA PARA UMA NOVA ERA: PERSPECTIVAS PARA O MUNDO E O BRASIL. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012b.